Centrão vence e garante preferência em plenário

Josemar Gonçalves

Josemar Gonçalves

Funcionários esperaram até a meia-noite pelas emendas, por determinação de Ulysses, que foi acusado de favorecer o Centrão

O Centrão conseguiu assegurar ontem a preferência automática na votação em plenário para as emendas do grupo. Depois de um dia de intensa movimentação, as lideranças do Centrão encaminharam à Secretaria da Constituinte as nove emendas correspondentes aos títulos do atual projeto de Constituição, com um mínimo de 280 assinaturas em cada uma.

As emendas foram entregues no último momento do prazo, que esgotou-se à meia-noite. Apesar de ter fechado as emendas com o mínimo de 280 assinaturas, às 20h30, o grupo preferiu aguardar o prazo final para receber novas adesões.

Segundo os líderes, a intenção é dar uma demonstração de força do grupo na Constituinte.

Uma desistência da última hora: o senador Gerson Camata (PMDB-ES), que havia se comprometido a assinar, acabou não comparecendo ao encontro marcado com o deputado José Lins (PFL-CE) e seu nome foi excluído como integrante do Centrão. Às 21h00, o título sobre o sistema tributário era o que havia recebido o menor número de assinaturas, 282. E o que recebeu o maior número de adesões foi o título I - princípios fundamentais.

Além de garantir a preferência para votação das suas propostas em plenário — que na prática significa deslocar as discussões da Constituinte para a sua proposta em detrimento do atual projeto — o Centrão garantiu também a prerrogativa de apresentar emendas globais aos títulos. De acordo com o novo Regimento Interno, apenas as propostas subscritas pela maioria absoluta dos constituintes pode pretender alterar um título por inteiro.

Por decisão do deputado Ulysses Guimarães, o prazo para a entrega de emendas ao projeto de Constituição foi prorrogado das 19h00, até às 24h00. O fato gerou protestos do PDT e PT, porque a atitude não foi comunicada oficialmente às lideranças dos partidos. Os líderes Brandão Monteiro (PDT-RJ) e José Genoíno (PT-SP) acusaram o presidente da Constituinte de beneficiar diretamente o "Centrão" com a medida, já que até às 19 horas o grupo ainda não havia conseguido reunir as 280 assinaturas que lhe dariam a preferência nas votações.

Brandão Monteiro e José Genoíno tentaram argumentar com Ulysses Guimarães que mais uma vez as normas estabelecidas por ele próprio estavam sendo desrespeitadas, mas a decisão foi mantida.

Câmara poderá aumentar para 550 deputados

A ampliação da Câmara de 487 para um máximo de 540 a 550 deputados é objeto de três emendas apresentadas ontem, uma das quais encabeçada pelo próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e pelos líderes peemedebistas Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Ibsen Pinheiro. As três propostas prevêem o crescimento da representação de São Paulo naquela casa de 60 para o limite de 80 deputados.

A ampliação pretendida por essas emendas foi rejeitada na Comissão de Sistematização, mas agora tem grandes chances de aprovação no plenário não só em razão do apoio ostensivo de Ulysses e dos líderes do PMDB, mas também como resultado de entendimentos entre parlamentares de São Paulo e do Nordeste que, na comissão, tinham posições divergentes em relação à matéria.

Como resultado desses entendimentos, estimulados pelo governador paulista Orestes Quércia, o deputado bainno Luiz Eduardo Magalhães, filho do Ministro Antonio Carlos Magalhães, apresentou uma proposta que permite não só o crescimento da representação de São Paulo, mas também das bancadas nordestinas de maior peso, como as da Bahia (mais quatro), Pernambuco (mais dois), Ceará (mais dois), além das representações do Maranhão e do Rio Grande do Norte, cada uma com um deputado a mais.

Vigência

Essa proposta de Luiz Eduardo Magalhães estabelece um máximo de 550 deputados e deixa em aberto a aplicação ou não do novo limite na atual legislatura. Uma emenda do deputado peemedebista Hélio Duque fixa o limite de 542 e também não trata da vigência dessa nova composição. A de Ulysses Guimarães e dos líderes do PMDB é que transfere a vigência para a próxima legislatura ao dispor: «O número de deputados, por Estado ou pelo Distrito Federal, será estabelecido pela justiça eleitoral, no ano anterior ao das eleições, proporcionalmente à população, fixando-se o número total em quinhentos e quarenta, e procedendo-se aos ajustes necessários para que nenhum Estado ou o Distrito Federal tenha menos de oito ou mais de 80 deputados».

A ampliação da Câmara logo após a promulgação da nova Carta é defendida principalmente por suplentes da representação de São Paulo, com o endosso de muitos constituintes. O deputado e jurista Michel Temer, por exemplo, sustenta que «basta os suplentes requererem e eles deverão ser empossados pelo Presidente da Câmara nas vagas que forem acrescidas às suas respectivas bancadas».

No caso de São Paulo, o crescimento imediato da bancada asseguraria o retorno à Câmara, entre outros, do ex-líder do PMDB, Freitas Nobre; do ex-líder do PT, Airton Soares, e dos ex-deputados Francisco Dias, Guaçu Piteri, Mário Hato e Otacílio de Almeida, todos do PMDB, e Diogo Nomura e Alcides Franciscato (PFL), Renato Cordeiro (PDS). Do PT, assumiriam os suplentes Luis Eduardo Greenhalg e Ernesto Gradella. Do PTB, os suplentes Leonel Júlio, Armando Pinheiro e Nelson Marquezelli.

Justificativa

Na justificativa da sua emenda, lembra Ulysses que a atual composição da Câmara, limitada a 487, «resulta de uma amputação de que foi vítima, pelo famigerado pacote de abril», daí a necessidade de sua ampliação. O presidente da Constituinte considera «inadmissível» o atual critério de cálculo das bancadas estaduais, pelo qual «o voto de um cidadão vale mais ou menos, conforme o Estado em que reside». (uma proporção frequentemente citada indica que um voto no Acre vale 26 vezes mais do que em São Paulo).

Fracassa tentativa final de consenso sobre a estabilidade

Os três principais grupos suprapartidários da Constituinte — "Centrão", 32 e "Entendimento" — passaram todo o dia de ontem tentando chegar a um acordo em torno de um texto que substituísse a garantia de emprego contra a despedida imotivada no projeto de Constituição. Até às 20h00 esse acordo, acompanhado de perto pelos presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Medeiros e Rogério Magri, não tinha saído. Havia resistência no 'Centrão"

A principal razão para que o acordo não fosse fechado e depois concretizado em uma emenda foi a não concordância dos deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Guilherme Afif Domingos (PL-SP) em relação à proposta dos sindicalistas e do grupo dos 32. A proposta dava garantia de estabilidade no emprego protegida contra dispensa arbitrária, assim definida em lei complementar, que assegurará indenização compensatória".

O ponto de estrangulamento nas negociações foi a inclusão de um dispositivo às disposições transitórias estabelecendo que em caso de demissão, durante o tempo em que estiver sendo feita legislação complementar, haverá uma indenização compensatória de 50% sobre o Fundo de Garantia sobre o Tempo de Serviço (FGTS). O texto deixa claro que isso ocorreria em todos os contratos de trabalho em que tenham sido firmados.

Esse texto foi objeto de intensas negociações entre os 32, "Entendimento" — apenas o deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) não concordou — e o PTB, que negociava em nome do "Centrão". No último momento, os deputados Fiúza e Afif Domingos recuaram. Fuiza alegou que era preciso analisar bem o texto pelas conseqüências que poderia provocar no passivo das empresas.

Alegou que em muitos casos o total desse passivo — o patrimônio da empresa — não daria para cobrir a indenização dos trabalhadores, principalmente porque, segundo ele, a média de permanência de emprego no Brasil é de 13 anos. Assim, se um empregado fosse demitido agora, depois desse tempo, a firma teria que pagar uma indenização muito alta.

A mesma posição tem o deputado Afif Domingos. Ele argumentava que a retroatividade na indenização iria penalizar principalmente os pequenos e médios empresários.

Josemar Gonçalves

Sindicalistas reuniram-se ontem com os grupos suprapartiddrios

Líderes vêem votação global com descrença

Os principais líderes da Assembléia Nacional Constituinte mostraram-se, ontem descrentes da possibilidade de votação global de 85% da matéria não-polêmica da futura Constituição do País. Acham que não existem ainda mecanismos regimentais nem acordo entre os partidos capazes de viabilizar a proposta.

"No entanto, não existe mecanismo legal. Seria preciso mudança regimental, através de acordo de todas as lideranças. A maioria, porém, está escaldada com a última alteração, embora talvez ela pudesse ser votada simultaneamente "admitiu, com certo otimismo o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas.

"Se todos estiverem de acordo, é possível", disse o líder do PFL, José Lourenço.

"É piada. Não acredito. Não existe no regimento a figura da votação em bloco, só se ela for criada", discordou o líder do PDS, Amaral Netto.

O líder do PT, José Genoíno, concordou com ele: "Não existem 85% de matéria não controversa no projeto. Só seria possível, se houvesse consenso e não há. O que vai funcionar no plenário são os destaques".

Viagem tem segurança dobrada

O presidente José Sarney volta hoje ao mesmo local onde foi apedrejado e vítima de um atentado, em junho do ano passado: o Largo de São Francisco, no Rio, desta vez para assistir o casamento da filha do senador e seu amigo pessoal, Alvaro Pacheco (PFL-PI).

O presidente embarca para o Rio às 15h45 mas a volta está em aberto. Segundo assessores, Sarney retorna entre 1h ou 2h da madrugada, depois de cumprir um roteiro mantido em sigilo por se tratar de uma viagem de caráter pessoal. Essa característica permite ao Palácio do Planalto não revelar detalhes da viagem, mas para embarcar Sarney utilizará o «Boeing 737» da Presidência da República.

Um escalão precursor providenciou os mínimos detalhes da segurança do presdiente, que será discreta mas reforçada. A preocupação era com o clima de agitação no Rio, em função da greve dos motoristas de ônibus. O senador Alvaro Pacheco, porém, segundo informações no Planalto, teve o cuidado de limitar o número de pessoas dentro da igreja aos familiares do noivo e da noiva.

Peregrinação de Ulysses começa hoje

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, inicia hoje, por Minas Gerais, uma peregrinação pelos estados — que se estenderá até o dia 27, quando começa a votação em plenário — a fim de conversar com os governadores sobre os rumos finais da Constituinte. Dois assuntos, contudo, estão na pauta das conversações: o mandato presidencial e o sistema de governo.

Ulysses vai conversar isoladamente com cada governador e pretende conhecer a situação do PMDB nos estados. Bem a seu estilo, o presidente do PMDB quer mais ouvir a posição dos governadores sobre a conjuntura política e menos expor seu ponto de vista:

"Como diz o ditado árabe, Deus deu dois ouvidos e uma só boca para que a gente ouça duas vezes antes de falar" — ensinou.

O presidente do PMDB identifica dentro da Constituinte um ciclo de mudança de tendências sobre o sistema de governo e mandato presidencial, mas sempre como uma ligação: quando cresce a tese do mandato de cinco anos, imediatamente vê-se o impulso que ganha o parlamentarismo. Quando nota-se a vantagem do mandato de quatro anos para Sarney há uma inclinação para se manter o presidencialismo. Perguntado sobre a sua conclusão a partir dessa análise, Ulysses apenas sorriu.

O deputado Ulysses Guimarães vem defendendo o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney desde a instalação dos trabalhos da Constituinte.

PMDB pouco altera texto da Comissão

A redução, na parte permanente do projeto da nova Constituição, do mandato dos presidentes da República de cinco para quatro anos, a garantia da relação de emprego contra a despedida imotivada nos termos da lei e uma mudança na composição parlamentar da Câmara de forma a permitir um máximo de 80 deputados por estado. Estas foram as principais emendas apresentadas ontem pela liderança do PMDB que, na maioria das propostas apresentadas, limitou-se a fazer ajustes ao texto da Comissão de Sistematização.

"O trabalho da Sistematização está bastante razoável. Estamos fazendo apenas ajustes" — disse Covas, informando que, das quase 60 emendas elaboradas pelo grupo que assessora a liderança, apenas cerca de dez traziam mudanças maiores ao projeto.

A liderança lutará para manter no texto títulos como o da ordem econômica, ao qual faz poucos reparos. A modificação que propõe no texto da estabilidade — remetendo sua regulamentação à lei ordinária — restabelece a redação dada pelo primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Na parte institucional e política, segundo explicou Covas, a liderança apóia a emenda parlamentarista do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que obteve mais de 300 assinaturas. Nas disposições transitórias, além de lutar para manter em quatro anos o mandato do presidente Sarney, a liderança do PMDB tentará aprovar proposta suprimindo do texto o chamado "trem da alegria", que pretende efetivar servidores públicos.

Texto é liberalizante

A diferença principal entre as propostas do Centrão e o projeto de Constituição é que a maioria dos dispositivos do texto que tratam da Economia, Educação, Saúde, etc, receberam uma interpretação bem mais abrangente, permitindo uma total participação da iniciativa privada nesses setores, ao contrário do que foi aprovado na Comissão de Sistematização.

Em relação à demissão imotivada, por exemplo, — confundida com estabilidade no emprego — o Centrão quer que o problema seja resolvido através do pagamento de uma indenização progressiva. A cada ano de trabalho haveria a garantia do pagamento de um salário mensal, em caso de demissão, além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O substitutivo do Centrão propõe ainda uma maior liberalização da economia restringindo a participação do Estado, ai incluindo a exploração do subsolo e reservas hidrominerais. No campo dos direitos sociais e individuais, o grupo conservador tira do texto aprovado na Comissão de Sistematização a possibilidade do servidor público poder fazer greve livremente e o voto aos menores aos 16 anos.

Empresa Nacional

Na questão da definição de empresa nacional, o Centrão é bem liberalizante. Não impõe nenhuma restrição à participação do capital estrangeiro em qualquer setor da economia, incluindo aí as chamadas indústrias de ponta, como a da informática e da química fina.

A proposta do Centrão suprime ainda o Conselho Nacional de Justiça, um órgão que ficaria encarregado de fiscalizar o Poder Judiciário e o Ministério Público. Além dessas propostas, o Centrão remete muitas questões do atual projeto para a legislação ordinária, deixando no texto constitucional apenas o princípio.

Mobilização garante adesões

Cerca de dez aviões, seis linhas telefônicas, uma frota de carros no trajeto aeroporto-Congresso Nacional e muita saliva gasta durante todo o dia de ontem, foram alguns dos instrumentos utilizados pelo Centrão na busca das 280 assinaturas que garante às emendas do grupo a preferência automática na votação em plenário.

A mobilização promovida pelo Centrão incluiu ainda pressão dos governadores e das bases eleitorais sobre os constituintes e tomou tais proporções que alterou a rotina da Constituinte nestes dias, normalmente calmos, dedicados às negociações e entrega de emendas à Secretaria Geral da Mesa da Constituinte.

Nas bases, atuaram os líderes das associações comerciais e UDR. Acionados pelas lideranças do Centrão, os representantes destas entidades se ocupavam de convencer os constituintes relutantes da importância de assinar as emendas. Se o grupo não atingisse as 280 assinaturas, todo o trabalho de quase dois meses seria jogado no lixo, era o principal argumento usado no trabalho de convencimento.

O deputado mineiro José Geraldo foi encarregado pelo grupo de colher as últimas assinaturas de constituintes que ainda estavam em Brasília. Enquanto o coordenador de mobilização do Centrão, deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) ia computando uma a uma as manifestações de apoio recebidas, Ricardo Fiúza desde às 16h00, afirmava que a marca das 280 assinaturas já havia sido ultrapassada.

Um acordo com o Grupo dos 32 sobre o conceito de empresa nacional, valeu para o Centrão a assinatura do senador Virgílio Távora (PDS-CE) e outras 14 eram aguardadas até às 20h00.

O governador Henrique Santillo, de Goiás, foi um cabo eleitoral incansável do Centrão. Conseguiu as assinaturas de 12 membros da bancada do Estado, que tem 13 constituintes. E, em contrapartida, o deputado Gilson Machado, denunciava as pressões em contrário que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, fazia sobre a bancada contra os cinco anos e as emendas do Centrão.

Sistema "mitigado" tem aval de Sarney

Depois de receber alterações sugeridas pelo presidente José Sarney, a emenda Manoel Moreira, que propõe o sistema mitigado de Governo, foi apresentada ontem por constituintes ligados ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães e um grupo de parlamentaristas, liderado pelos deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Os dois parlamentares estiveram com Sarney no Palácio do Planalto e, segundo Carvalho, o presidente só não declarou ainda publicamente o seu apoio à proposta «para não criar atritos com as outras linhas presidencialistas».

A principal modificação do texto original, elaborado pelo jurista e assessor do deputado Ulysses Guimarães, Miguel Reale, prevê que a indicação do primeiro ministro, pelo Presidente da República, dispensará a aprovação da Câmara dos Deputados se for parlamentar em exercício de mandato. Em compensação, ele estará sujeito à moção de censura, a ser aprovada pela maioria absoluta do Congresso em sessão unicameral, desde o momento de sua posse, dispensado o prazo de seis meses.

Também por sugestão do presidente Sarney, a proposta estabelece que o ministro da Justiça será o substituto do primeiro-ministro, em caso de impedimentos temporários ou em períodos de vacância do cargo. Pela primeira versão, o substituto seria indicado pelo próprio primeiro-ministro.

Segundo Miguel Reale, as sugestões apresentadas por Sarney foram para «pequenas adaptações», e não alteraram o conteúdo da proposta de sistema.

Vivaldo assegura 325 assinaturas

A emenda do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que garante o regime presidencialista de Governo para o Brasil foi entregue ontem, com 325 assinaturas. A proposta do parlamentar, segundo ele próprio, teve a co-autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Congresso Nacional, do senador Edison Lobão (PFL-MA) e do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP).

Segundo Vivaldo, a emenda, apesar de garantir a possibilidade de o Presidente da República exercer simultaneamente a chefia do Estado e a chefia do Governo — como já acontece hoje —, dá ao Poder Legislativo maiores poderes do que os atuais. Para o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, o número de assinaturas demonstra a tendência majoritária dos constituintes a favor do presidencialismo.

Até o final da tarde de ontem, antes da prorrogação do prazo para a entrega de emendas, que se encerraria às 19 horas e foi prorrogado para as 24h00 de ontem, já haviam sido entregues cerca de 750 emendas. Já no início da noite, depois da notícia da dilatação do prazo, este número já havia praticamente dobrado para 1,5 mil propostas de alteração do texto do projeto de Constituição.

A preocupação dos Constituintes era maior com relação à estabilidade noemprego, eleições gerais e aposentadoria.

A maioria das propostas referentes a aposentadoria quer que o trabalhador possa ter direito a ela a partir dos 30 anos de serviço para o homem e 25 para a mulher, bem como o direito ao recebimento de pensões iguais aos vencimentos recebidos durante o serviço na ativa.